

ATA DA 376ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEP

Data: 03 de novembro de 2022 (Quinta-feira)

Horário: 10h (Previsão de início)

Local: Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) - Avenida Almirante Barroso, nº 735.

1 - PLENÁRIO DO CONSEP / PRESENTES

1. Ualame Fialho Machado - Conselheiro Presidente/Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP;
2. Prof^a. Maria Luiza de Carvalho Nunes - Conselheira Titular /CEDENPA/Vice-Presidente;
3. DPC Walter Resende de Almeida - Conselheiro Nato - Delegado Geral da Polícia Civil;
4. Cel PM José Dilson Melo de Souza Júnior - Conselheiro Nato - Cmt Geral PM/PA;
5. Cel BM Hayman Apólo Gomes de Souza - Conselheiro Nato - Cmt Geral do CBM/PA;
6. Celso da Silva Mascarenhas - Conselheiro Nato/Diretor da Polícia Científica do Pará;
7. Promotor de Justiça - José Maria dos Santos - Conselheiro Suplente - MP;
8. Renata Mirella Freitas Guimarães - Conselheira Nata - Diretora Geral do DETRAN;
9. Dr. Inocêncio Renato Gasparim - Conselheiro Nato - Secretário SEASTER;
10. PC César Figueiredo Cursino - Conselheiro Titular/Rep. das Entidades e Trabalhadores do SIEDS;
11. Adv.^o José Braz Silva - Conselheiro Suplente - Representante da OAB/PA;
12. Adv.^o José Luiz Guerreiro Holanda - Conselheiro Titular - CEDECA/EMAÚS;
13. Educadora Social - Maria de Fátima Silva Matos - Conselheira Titular/ SDDH;

2 - REPRESENTADOS:

1. Cel PM RR Arthur Rodrigues de Moraes -- Secretário Adjunto SEAP (Conselheiro Suplente), representando Cel PM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues - Conselheiro Nato SEAP;
2. Subdefensora Geral/Defensoria - Mônica Palheta Furtado Belém -- (Conselheira Suplente) representando o Defensor Público Geral - João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo - Conselheiro Titular/Defensoria Pública.

3 - DIRIGENTES DO SIEDS CONVOCADOS:

1. Adv.^a Maria Cristina Fonseca de Carvalho - Ouvidora do SIEDS-PA;
2. DPC Raimundo Benassuly Maués Junior - Corregedor Geral da Polícia Civil do Pará;
3. Jucirene Silva de Araújo - Corregedora Geral do DETRAN;
4. Renato Nunes Valle - Corregedor Geral SEAP;
5. Adv.^a Danielle Silva de Andrade Lima Guerra -- Corregedora Geral da Polícia Científica;
6. Cel PM Fábio Jesus de Siqueira Lobo -- Subcorregedor Geral da PM, representando o Cel PM Ricardo André Bilóia da Silva - Corregedor Geral da PM.
7. Cel BM Jayme de Aviz Benjó - Sub Cmt do CBM/PA;
8. DPC Christian Wanzeller Couto da Rocha - Diretor do Disque-Denúncia;
10. Adv.^a Danielle Silva de Andrade Lima Guerra - Corregedora Geral da Polícia Científica;
11. MAJ BM Rodrigo Martins do Vale - Coordenador de Política Pública - Representando o Ten Cel PM Marcos Vinicius de Castro Alves - Diretor DPS/SEGUP.

45 **4 - CONVIDADOS:**

46 Advº Tiago Lopes Pereira - Conselheiro Suplente "CEDECA/EMAÚS"

47

48 **I – Parte: Abertura dos Trabalhos**49 **O Conselheiro Presidente do CONSEP, Ualame Fialho Machado,** cumprimentou a todos,
50 desejando-lhes uma excelente reunião, declarando aberta às 10h25 informando os itens da Pauta
51 a serem cumpridos.

52

53 **II – Parte: Julgamento da ATA da 375ª Reunião Ordinária (13/10/2022)**54 **O Cel. PM RR Marcello Augusto Bastos Leão, Secretário Executivo do CONSEP,** disse: "o texto
55 final da Ata foi encaminhado em 28/10/2022, não havendo apresentação de emendas. Feito isso,
56 o **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado,** submeteu-a ao julgamento, sendo a mesma
57 aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes.

58

59 **III – Parte: Expediente Administrativo (Secretaria Executiva)**

60 - Recebidos e expedidos (destaques).

61 **O Cel PM RR Marcello Augusto Bastos Leão, Secretário Executivo do CONSEP** - informou que:
62 "Os Expedientes constam na pasta de cada um, com a movimentação burocrática da Secretaria
63 no período no período de 13/10 a 02/11/2022 (**ANEXO I**), e fez os seguintes destaques: **Decreto**
64 **nº 2.685 de 17/10/2022** - Homologa a **Resolução nº 423/2021-CONSEP de 17/10/2022,**
65 referente ao Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIFOBIA para os anos 2021/2023, **Publicado**
66 **no Diário Oficial nº 35.153 de 18/10/2022;** **Decreto nº 2.960 de 18/10/2022** - Homologa a
67 **Resolução nº 441/2022-CONSEP de 18/10/2022,** referente a Instituição do Protocolo único para
68 atendimento da Criança e Adolescente em Unidade Policial. Disciplinando no âmbito da
69 Secretaria de Segurança Pública, procedimentos a serem adotados na abordagem da criança e
70 adolescente. **Publicado no Diário Oficial nº 35.155 de 19/10/2022 e Resolução nº 448/2022-**
71 **CONSEP de 18/10/2022,** referente ao Julgamento do Relatório de atividades da Corregedoria de
72 Polícia Científica do Pará - ANO 2021. **Publicado no Diário Oficial nº 35.155 de 19/10/2022.**

73

74 **V – Parte: Ordem do Dia**75 **01-Parecer/Voto - Processo nº 007/2202-CONSEP - Relatório de Atividades do Comitê Gestor**
76 **do Plano Estadual de Enfrentamento as violações sofridas pelos POTMAS - ANO 2021;**77 **Relator:** Conselheiro Inocêncio Renato Gasparim - Secretário de Estado de Assistência Social,
78 Trabalho, Emprego e Renda/SEASTER.79 O Conselheiro Presidente do CONSEP - Ualame Fialho Machado, convidou o Conselheiro
80 Inocêncio Renato Gasparim - Secretário SEASTER, a fazer uso da palavra, informando aos demais
81 que o Parecer/Voto (**ANEXO II**) se encontra na pasta de cada Conselheiro(a). O Sr. Inocêncio
82 Renato Gasparim cumprimentou a todos, passando a fazer sua exposição: "Consideramos que o
83 Relatório foi elaborado dentro do que preconiza as Portarias n. 024/17 e 05/18-CONSEP, razão
84 pela qual este Conselheiro é **FAVORÁVEL** à aprovação do mesmo, na sua integralidade, visto que
85 o Comitê Gestor do Plano Estadual de Proteção aos Povos Tradicionais de Matriz Africana
86 (POTMAS) demonstrou eficiência em suas atividades, alcançando seu objetivo. Contudo,
87 importante enfatizar a necessidade de maior presença e conscientização dos membros do comitê
88 para o período de 2021 a 2023, em relação a elaboração dos Planos de Ações, que irão compor

89 os Planos de Trabalhos anuais, fundamentais para a implementação e monitoramento das ações
90 demandadas do referido plano estadual, conforme informado na conclusão do relatório". Ao
91 final de sua apresentação colocou-se à disposição para prestar outros esclarecimentos. O
92 **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** - Agradeceu a apresentação do Conselheiro
93 Inocêncio Renato Gasparim, lembrou a necessidade da Sociedade Civil e principalmente dos
94 POTMAS de serem mais ativos na construção dos planos de ações entre 2021 e 2023 que está
95 previsto no plano estadual, ratificado pelo relator no parecer apresentado, e em seguida colocou
96 em discussão o voto do relator. O **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, constatando
97 não haver mais discussão acerca do assunto, submeteu o parecer a aprovação, sendo o mesmo
98 aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes na sessão. Ato contínuo determinou a
99 Secretária Executiva a adotar as providências de praxe para consubstanciar a deliberação do
100 Colegiado.

101
102 **02-Paracer/Voto - Processo nº 008/2022-CONSEP - Relatório de Atividades da Corregedoria da**
103 **Polícia Militar - ANO 2021;**

104 **Relator:** Adv^o. André Silva Tocantins - Conselheiro Representante da OAB/PA.

105
106 **O Conselheiro Presidente do CONSEP – Ualame Fialho Machado**, convidou o Conselheiro José
107 Braz Silva - OAB/PA, a fazer uso da palavra, informando aos demais que o Parecer/Voto (**ANEXO**
108 **III**) se encontra na pasta de cada Conselheiro(a). O Conselheiro José Braz Silva - OAB/PA
109 cumprimentou a todos, e passou a fazer sua exposição: "Diante da análise acurada do relatório
110 de atividades da PMPA, ano 2021, trazidos a análise, das informações constantes dos autos, dos
111 estudos fornecidos e tudo mais que se tem à disposição acerca da matéria, entende-se que de
112 modo geral pela aprovação integral do presente relatório de atividades correcionais da PMPA,
113 ano 2021, compreendendo, sobretudo, o papel preventivo desempenhado pela Corregedoria da
114 PMPA, bem como o necessário papel formativo e punitivo da Corregedoria para com seus
115 integrantes dos quadros militares, que nos remete, enquanto sociedade civil, a necessidade da
116 aproximação deste Ilustre Órgão Correcional para com a o seu papel de função social, junto aos
117 referidos Agentes Públicos, Policiais Militares, sobretudo àqueles mais próximos e vinculados ao
118 desempenho de atividade policial de policiamento ostensivo, que se encontram em condição de
119 maior vulnerabilidade, tanto em relação a sua própria integridade física e psíquica, quanto do
120 cometimento de eventual desvio funcional. Diante disso, RECOMENDAMOS, para além da mera
121 aprovação do relatório apresentado, mas com fito de contribuir para o aperfeiçoamento do
122 sistema de monitoramento e construção de servidores públicos cada vez mais capacitados no
123 desempenho de servir a sociedade, que as sanções resultantes de apuração das transgressões
124 disciplinares e penais atribuídas aos agentes, sejam acompanhadas por medidas reeducativas e
125 de amparo social, à exemplo: de acompanhamento psicológico, para fins de cumprimento do
126 papel de transformação social para com seus policiais, eis que muitas das transgressões
127 disciplinares tem direta ou indireta relação com o desempenho de atividade laboral sob elevado
128 e constante estado de estresse. Diante do exposto, consideramos que o relatório foi elaborado
129 dentro do que preconiza as Portarias nº 024/17 e nº 05/18-CONSEP, razão pela qual este
130 Conselheiro Relator manifesta-se favoravelmente a aprovação do mesmo na sua integralidade,
131 ficando apenas necessário observar as considerações dispostas. Sendo este o parecer e voto, que
132 se encerra a fim de ser submetido à análise dos demais pares Conselheiros, pelo que

133 defendemos sua aprovação". Ao final de sua apresentação colocou-se à disposição para prestar
134 outros esclarecimentos. **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** – Agradeceu a
135 apresentação do Conselheiro José Braz Silva - OAB/PA, ratificou as recomendações de
136 acompanhamento de medidas reeducativas, de amparo social e psicológico e colocou em
137 discussão o voto do relator. **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, constatando
138 não haver mais discussão acerca do assunto, submeteu o parecer a aprovação, sendo o mesmo
139 aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. Ato contínuo determinou a Secretária
140 Executiva a adotar as providencias de praxe para consubstanciar a deliberação do Colegiado.

141
142 **03-Parecer/Voto - Processo nº 009/2022-CONSEP - Relatório de Atividades da Área Correicional**
143 **do CBM/PA - ANO 2021;**

144 **Relator:** Cel PM Marco Antônio Sirotheau - Secretário de Estado de Administração
145 Penitenciária/SEAP.

146 **O Conselheiro Presidente do CONSEP - Ualame Fialho Machado**, convidou o Conselheiro - Cel
147 PM RR Arthur Rodrigues de Moraes - Secretário Adjunto SEAP a fazer uso da palavra, informando
148 aos demais que o Parecer/Voto (**ANEXO IV**) se encontra na pasta de cada Conselheiro(a). O
149 Conselheiro Cel PM RR **Arthur** Rodrigues de Moraes - Secretário Adjunto SEAP cumprimentou a
150 todos, passando a fazer sua exposição: "Considerando a Portaria nº 024/2017-CONSEP, a qual
151 normatiza o modelo de relatório anual de atividades dos órgãos de correição das instituições do
152 SIEDS, faz-se destacar que houve lacunas na lavra de algumas informações exigidas na
153 regulamentação. Durante apresentação da estrutura organizacional da Corregedoria, onde a
154 equipe de correição está inserida no Subcomando Geral do Corpo de Bombeiros, sendo
155 considerado um setor com funções cumulativas, havendo ausência de estrutura específica para
156 este fim. Percebemos dados quantitativos acerca das ações correicionais, administrativas e
157 repressivas, porém, sem propor diretamente uma ação a ser tomada para diminuir transgressões
158 ou aumentar a disciplina no órgão, sendo citado apenas nas considerações finais, o empenho
159 "em manter e cobrar uma conduta exemplar de seus militares", aprimorando "as técnicas
160 correicionais da instituição", sem revelar especificamente quais seriam tais técnicas. Desta forma,
161 o documento retrata especificamente as sanções disciplinares aplicadas como informativo de
162 produtividade, porém, deveria ser abordado os impactos das atividades da Corregedoria junto
163 aos servidores na missão precípua da Corporação e também ser acrescido a escassez em relação
164 a situação dos processos da Corregedoria do CBM/PA diante do Tribunal de Justiça, Ministério
165 Público, Defensoria Pública e Ouvidoria do SIEDS. No entanto, diante do exposto e considerando
166 as informações gerais obtidas no documento apresentado, voto **FAVORÁVEL** pela aprovação
167 deste relatório, com as observações e ressalvas constantes, parabenizando o Corpo de
168 Bombeiros Militar do Pará e seus valorosos Soldados do Fogo que em muito contribui para o
169 pleno êxito do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará". Ao final de sua
170 apresentação colocou-se à disposição para prestar outros esclarecimentos. **O**
171 **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** - Agradeceu a apresentação do Conselheiro Cel
172 PM RR **Arthur** Rodrigues de Moraes - Secretário Adjunto SEAP e colocou em discussão o voto do
173 relator. **O Cel BM Jayme de Aviz Benjó - Sub Cmt do CBM/PA** em nome do Presidente
174 cumprimentou os demais Conselheiros do colegiado e disse que: "as considerações feitas no
175 Parecer/Voto serão levadas e analisadas, e sobre as questões estruturais, entendo que o nosso
176 Comandante Geral possa falar em nome da Corporação. **O Conselheiro/Presidente Ualame**

177 **Fialho Machado**, interveio dizendo: “Especialmente coronel, é explicar para a sociedade civil
178 saber e outros órgãos a questão da estrutura específica da corregedoria que temos a pretensão
179 de criar”. **O Cel BM Hayman Apolo Gomes de Souza - Conselheiro Nato - Cmt Geral do CBM/PA**
180 respondeu que: “O presidente tem conhecimento disso, nós estamos juntos há quatro anos
181 tentando aprovação da nossa nova legislação, onde vai prever a estrutura da corregedoria na
182 nova estrutura orgânica, mas isso depende muito da governança do estado, onde o secretário
183 tem tentado modificar e buscando convencer a SEPLAD de encaminhar os nossos projetos de lei.
184 Então com relação à estrutura da corregedoria somente com a nova legislação que já foi
185 apresentada”. **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, constatando não haver mais
186 discussão acerca do assunto, submeteu o parecer a aprovação, sendo o mesmo aprovado por
187 unanimidade dos Conselheiros presentes. Ato contínuo determinou a Secretária Executiva a
188 adotar as providencias de praxe para consubstanciar a deliberação do Colegiado.

189
190 **04-Parecer/Voto - Processo nº 012/2022 - Prestação de Contas Exercício 2021 dos Eixos**
191 **Criminalidade Violenta e Valorização dos Profissionais da Segurança Pública, relativos aos**
192 **Orçamentos 2019 e 2020;**

193 **Relator:** Perito Criminal César Figueiredo Cursino - Conselheiro Representante dos
194 Trabalhadores/SIEDS.

195 **O Conselheiro Presidente do CONSEP - Ualame Fialho Machado**, convidou o Conselheiro César
196 Figueiredo Cursino, a fazer uso da palavra, informando aos demais que o Parecer/Voto se
197 encontra na pasta de cada Conselheiro(a). O Conselheiro César Figueiredo Cursino
198 cumprimentou a todos, e usando o powerpoint (**ANEXO V**) passou a fazer sua exposição
199 colocando-se à disposição durante e ao final para prestar quaisquer esclarecimentos, e logo no
200 começo o **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** interveio, dizendo: “Deixa eu
201 explicar essa parte que é uma briga gigante nossa, talvez agora consigamos resolver no Governo
202 Federal. Desde quando começou esse fundo, a lei é de 2018 do Governo Temer, em 2019
203 começaram a repassar, diga-se de passagem, entramos com ação, todos os estados para
204 conseguir o repasse desse fundo, deste então, eles são dois eixos: “Valorização do servidor”, só
205 pode ser gastado com isso, e de “Enfrentamento a criminalidade”, agora passou a ser chamado
206 de “Fortalecimento dos órgãos de Segurança Pública”, mudou a denominação, porque quando se
207 falava de “enfrentamento a criminalidade”, os bombeiros ficavam fora, porque não é atribuição
208 principal deles, então ficou: “Valorização da segurança pública e fortalecimento dos órgãos de
209 segurança pública”, que inclui todo mundo, 30% para a valorização do servidor e 70% para o que
210 era o “enfrentamento a criminalidade”, dentro do “enfrentamento a criminalidade”, aquele valor
211 que recebe também é uma subdivisão, 70% é para investimento e 30% para custeio, e quando
212 tínhamos um projeto que queríamos aplicar um pouco mais no investimento e não precisava
213 tanto do custeio, ou vice-versa, você não conseguia, gerando discordância. Mas não mudou na
214 tabela nacional, trataram o Brasil como igual em todas as regiões, que não é, então para nós, por
215 exemplo, algumas situações, às vezes, a valorização do Servidor, muita das vezes é 50% custeio e
216 50% investimento, o que precisamos muito para os servidores é custeio, porque é um curso, é
217 uma capacitação, é a contratação de uma empresa especializada no atendimento psicológico,
218 isso tudo é custeio, o que gastamos com investimento é uma academia para o Quartel, uma
219 cadeira odontológica que compramos para polícia científica, mas o grosso da valorização do
220 servidor, já que tratamos com pessoas normalmente é custeio, é o atendimento daquele servidor,

221 e aí ficou desproporcional, poder ser o contrário, 70% e 30%, mas não é a realidade, não
222 conseguimos mudar porque é quando vem de lá carimbado, e quando chega esse valor,
223 apresentamos um plano de ação, para ter uma idéia, o dinheiro de 2022 não chegou ainda, vai
224 ser depositado dia 31 de dezembro de 2022, acabamos executando em 2023, por isso que estava
225 prestando conta de 2020, porque só liberou em 2021 e estamos executando agora, isso ocorreu,
226 então esperamos tentar conversar e adequar isso, até para ter uma flexibilização também, vou
227 dar um exemplo: fomos comprar na pandemia, comprar motores de 350 HP para as nossas
228 maiores lanchas, solicitamos em 2019, era 250 mil cada motor, só que logo em seguida veio a
229 pandemia, aí parou, ninguém entregava, ninguém produzia, quando acalmou a pandemia que as
230 fabricas voltaram a funcionar, a empresa que ganhou o contrato falava: "não, não entrego mais
231 por 250 mil, não consigo, porque não compro mais por isso", tivemos que licitar de novo, foi 320
232 mil o motor e não mais de 250 mil, porque aumentou, tinha seis milhões para comprar 25
233 motores e não era suficiente para comprar 25 motores, tinha que ter nove milhões, você faz um
234 ajuste, não vou mais comprar isso, vou colocar para cá porque é prioritário para mim as lanchas
235 para os rios, tenho que mandar para Brasília e eles passam uns três meses, quatro meses, para
236 aprovar essa alteração, não estou alterando item, não estou criando item, estou só remanejando,
237 e temos esse empecilho, realmente, que estão detectando, é meio complicado". O **Conselheiro**
238 **César Figueiredo Cursino** retomou sua apresentação: "A partir da análise da vasta documentação
239 apresentada, os membros da Comissão opinam pela **APROVAÇÃO** da referida prestação de
240 contas. Ressalta-se no entanto, ainda que não esteja no escopo do Setor responsável pelo
241 Relatório de Gestão (Fundo Estadual de Segurança Pública) e ainda com base na informação
242 destereferido setor, onde esclarece que 70% (setenta por cento) dos recursos são destinados ao
243 bloco INVESTIMENTO e 30% (trinta por cento) ao bloco CUSTEIO e que as tabelas são repassadas
244 pelo SEGEN, logo observa-se no item 2.3 e 2.4 do "Resumo de Execução Orçamentária e
245 Financeira - Repasse ano 2019 e 2020" do referido Relatório de Gestão, que os indicadores
246 percentuais dos valores empenhados e executados nos dois eixos (Investimento e Custeio), não
247 estão claros quanto a utilização das bases financeiras apresentadas, gerando percentuais
248 imprecisos nos dois eixos, logo é oportuno esclarecer, que utilizamos nas tabelas deste parecer os
249 percentuais correspondentes aos valores empenhados e executados no ano de 2019, sendo que o
250 ano 2020 ficaram os valores, conforme apresentado no relatório de gestão, para que em
251 momento oportuno, sejam ratificados ou mesmo retificados pelo setor competente (SEGEN).
252 Analisando os demais documentos e no ensejo oportuno verificou-se o decreto nº 531 de
253 12/09/2012, que homologou a Resolução nº 194/2012-CONSEP de 17/05/2012, que criou o
254 Programa de Saúde do Servidor/PROSAUSERV, que teve como escopo a captação de recursos da
255 SENASP e em seu art. 2º, ficou criado o "Comitê de Gestão Integrado de Atenção à Saúde dos
256 Servidores do SIEDS/COGESSP", porém em razão da ausência do repasse de verba, o citado
257 Comitê teve vida efêmera, contudo no presente momento com a implantação do Fundo Estadual
258 de Segurança, entendemos que há possibilidade de repasse fixo para atenção ao servidor, logo
259 sugerimos a reativação deste Comitê, com propósito de cumprir sua missão e que os projetos a
260 serem submetidos a SENASP, sejam elaborados com o aval do referido Comitê, onde há
261 representação de todas as instituições do SIEDS, abrangendo deste modo uma visão geral dessas
262 necessidades. O **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** - Agradeceu a apresentação
263 do **Conselheiro César Figueiredo Cursino** e respondeu que: "na verdade a questão da tabela que
264 vem fechada, a SEGEN não deixa mexer aqui, vem de lá, e é interessante esse Comitê que havia

265 em 2012, era de saúde do servidor, e vou ser bem sincero, muita das vezes essa verba que vem
266 para a saúde do servidor compramos academia, compra uma cadeira odontológica, precisa haver
267 alguns projetos realmente, às vezes, tem o dinheiro e não tem o projeto. Que venha também das
268 entidades esse projeto, para que possamos também fazer essas aquisições por indicação dos
269 próprios servidores, é importante esse Comitê, porque já reúne a representação dos órgãos e
270 nos dão idéias para que possamos fazer as aquisições". Em seguida colocou em discussão o voto
271 do relator. **A Conselheira Maria de Fátima Silva Matos - Conselheira Titular/SDDH** - Parabenizou
272 os Conselheiros Cursino e Braz e disse: "Não foi fácil, mas queria só salientar que continuou a
273 falta do processo de licitação, porque várias vezes que viemos para essa mesa de debate,
274 algumas dificuldades que nós encontramos no calhamaço que tivemos que fazer a leitura,
275 encontrar, não encontramos um lançamento bancário, não encontramos por exemplo, enquanto
276 custeio capacitação para os bombeiros, e venceu tal empresa, mas quantas concorreram? Isso
277 não estava, prestação de contas exige isso, se há uma metodologia que não necessita, vamos
278 aqui apostar que deve conter a partir de agora, uma coisa é aquilo que vem, enquanto material
279 para fazermos uma revisão e outra é ter o trabalho de abrir o site, não é fácil, estive três vezes
280 com Cel Carneiro, fui muito bem recebida, é uma pessoa muito competente e também quero
281 dizer que a realidade de cada estado em relação ao investimento e custeio para segurança é
282 diferenciada, são diferenciadas as situações, e as necessidades de serem investidas, acho assim
283 que foi cumprido, mas que também seja respeitado, agora não pode ser um Comitê morto como
284 de mortalidade materna do qual fiz parte por três anos e desisti, que nunca saía daquilo que a
285 pretendíamos, o Comitê tem que funcionar, avalia, dialoga, escreve aquelas pretensões futuras e
286 apresenta para o gestor, uma outra observação que achei fantástico do Cursino, Brás e eu,
287 lembrei que está contido aqui, e que tenho colocado aqui na mesa do conselho, nós queremos
288 que todos os funcionários públicos, seja de que área for, sejam bem cuidados, bem tratados,
289 bem remunerados e também cobrado deles a sua excelência na função, evidente que há um
290 desdobramento também, pode haver distorções? Sim, com certeza. A gestão por excelência tem
291 que primar pela falta de incompreensão da sociedade civil do gestor em relação à gestão, isso
292 vimos muito em várias situações, que o estado tem enquanto responsável pelas políticas públicas,
293 e outra questão é que tenho colocado à necessidade de se trazer a SESP constantemente, está
294 aqui a SEASTER, tem que estar a SEDUC, tem que estar a SEMAS, Secretaria de Meio Ambiente e
295 Sustentabilidade, para que possamos dar conta realmente do ponto de vista amplo que
296 queremos enquanto segurança pública no estado, acho que aquilo que foi custeio e investimento
297 a partir da avaliação do nosso Comandante da Polícia Militar, o pessoal da Polícia Civil, dos
298 Bombeiros, se realmente está a contento, é isso que nós queremos, para isso nós estamos aqui,
299 nessa mesa de debates, por outra, achei excelente aquilo que foi construído e também excelente
300 todos os outros relatórios que aqui foram apresentados, embora não sejam uma perfeição". **O**
301 **Conselheiro César Figueiredo Cursino** disse que: "Não sei se é possível fazer isso, sei que
302 entendemos que se esses documentos são sigilosos, tive dificuldades, é claro, porque é a
303 primeira vez que estou fazendo isso, creio também que o Braz e a Fátima, então queria sugerir, a
304 possibilidade de ter alguma assessoria contábil para as próximas situações que surgirão para
305 acompanhar". **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, respondeu que: "A aplicação
306 do fundo foi criado em 2019 pela lei, e em 2020 começou a gerir recurso, para ter uma idéia
307 temos três coordenações de despesas da SEGUP, o dinheiro do tesouro que é pela SAGA, o
308 dinheiro do FISP, que está hoje com a delegada Renata e o dinheiro do FESP que é de

309 responsabilidade do Cel Carneiro, cada um deles quer é um contador também para ajudá-los, só
310 tínhamos um, que é a Edilena, e já disse que quer se aposentar no final do ano, estamos
311 tentando fazer o concurso, se for o caso colocamos um específico para auxiliar vocês, mas hoje
312 temos demanda para três contadores na SEGUP para poder auxiliar nesse trabalho até na
313 comissão que está aplicando, mas está no radar aqui para melhorarmos". E constatando não
314 haver mais discussão acerca do assunto, submeteu o parecer a aprovação, sendo o mesmo
315 aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes na sessão. Ato contínuo determinou a
316 Secretária Executiva a adotar as providências de praxe para consubstanciar a deliberação do
317 Colegiado.

318
319 **05-Parecer/Voto - Processo nº 013/2022 - Relatório de Atividades 2021 do Comitê Gestor do**
320 **Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIFOBIA;**

321 **Relator:** Advº Tiago Lopes Pereira - Conselheiro Suplente Representante do Cedeca - Emaús.

322
323 O Conselheiro Presidente do CONSEP - Ualame Fialho Machado, convidou o Conselheiro Tiago
324 Lopes Pereira a fazer uso da palavra, informando aos demais que o Parecer/Voto se encontra na
325 pasta de cada Conselheiro(a). O Conselheiro Tiago Lopes Pereira cumprimentou a todos, e
326 usando o powerpoint (**ANEXO VI**) passou a fazer sua exposição: "Consoante as informações
327 apresentadas no relatório de atividades do COMITÊ GESTOR, verifica-se que não houve o
328 lançamento oficial do Plano Estadual de Enfrentamento a LGBTIFOBIA, previsto para o dia 09 de
329 dezembro de 2021. Tendo em vista que o presente relatório foi apresentado em abril de 2022,
330 recomenda-se que, em não tendo sido efetivado, seja providenciado com a maior brevidade
331 possível. De igual forma, recomenda-se que haja maior compromisso dos integrantes dos GT's na
332 observância do Plano de Trabalho elaborado para o período 2021/2023. Ante o exposto,
333 manifesto-me pela **Aprovação do Relatório**, com as recomendações acima mencionadas. Este é
334 o Parecer e Voto, que submetemos aos demais membros do CONSEP, defendendo sua
335 aprovação". Colocou-se à disposição para prestar outros esclarecimentos ao final de sua
336 apresentação. **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado** – Agradeceu a apresentação
337 do Conselheiro Tiago Lopes Pereira e colocou em discussão o voto do relator. **O**
338 **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, constatando não haver mais discussão acerca
339 do assunto, submeteu o parecer a aprovação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos
340 Conselheiros presentes na sessão. Ato contínuo determinou a Secretária Executiva a adotar as
341 providências de praxe para consubstanciar a deliberação do Colegiado.

342 343 **V - O QUE OCORRER**

344 **Profª. Maria Luiza de Carvalho Nunes - Conselheira Titular/CEDENPA/Vice-Presidenta**,
345 cumprimentou a todos e disse: "hoje tem lançamento do Preamar da Consciência Negra, é um ato
346 de assinatura de ordem de serviço do Museu da Consciência Negra, vai ser na igreja de Santo
347 Alexandre, com a presença do Governador".

348 **Conselheira Maria de Fátima...** "Convidar todos a estarem com o curador na semana do dia 20 de
349 novembro, mês da Consciência Negra, aqui no Porto Futuro, será o curador de dois dias de
350 atividades 19 e 20, com palestras, programação cultural, exposição de artesanato do
351 empreendedorismo negro, estão todos convidados e também vamos estar na semana dos direitos
352 humanos até 10 de dezembro". **O Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, informou que:

353 “Só para atualizar, é bom que vocês saibam disso, não estamos com nenhuma PA obstruída, mas já
354 amanheceu com um total 11 das federais ainda obstruídas, ainda vamos atualizar o grupo e
355 chegamos a ter 38 pontos, não rodovias federais, porque não tem tudo isso no Pará, mas pontos de
356 interdição, por exemplo na BR-010, tinha em Paragominas, tinha em Ulianópolis e dois em Dom
357 Eliseu, na Transamazônica um monte, cada município, Uruará, fomos na ordem, porque não
358 adiantava, por exemplo, não pegar aqui em Paragominas e Ulianópolis e Dom Eliseu, não adiantava
359 irmos em Ulianópolis e desobstruir, porque ainda continuava duas vias obstruídas, para
360 conseguirmos continuar a desobstruir fomos na ordem, Paragominas a Ulianópolis, depois fizemos
361 Dom Eliseu e liberou a divisa do Estado com Itinga no Maranhão, atualmente é a região de
362 Xinguará/BR-279, só tem Ourilândia, está com interdição parcial, a BR-155 em Marabá interditou,
363 BR-163 para Santarém e Cuiabá, estamos nessa luta, as PAs estão todas ou desobstruídas
364 totalmente ou com fluxo razoável na beira da pista, mas nenhuma interditada totalmente, e as
365 federais estávamos com 38 anteontem, virando para 11, hoje, com perspectiva das 11 serem feitas,
366 estou falando até porque, ontem recebi uma cobrança, o pessoal da Almirante Barroso continua, o
367 nosso objetivo da Almirante Barroso era desobstruir a via para restabelecer o fluxo, hoje não tem
368 como impedir o cidadão ficar na calçada, por exemplo, o fluxo está normal, a nossa preocupação
369 também ontem, não era só Belém, era o interior todo, principalmente as divisas, Conceição do
370 Araguaia, Santana do Araguaia. Hoje, queríamos ver a quantidade, dizer o que nosso pessoal faz,
371 mas é isso, continuamos acompanhando aqui. Agradecer a presença de todos e colocar sempre o
372 CONSEP, a secretaria do CONSEP à disposição de cada Conselheiro, dos Corregedores dos Órgãos, a
373 Ouvidoria do sistema, a todos os presentes nossos agradecimentos. Bom dia a todos”. E, como mais
374 nada foi dito ou tratado, o **Conselheiro/Presidente Ualame Fialho Machado**, considerou encerrada
375 a Reunião Ordinária às 11h10. E eu, **Cel PM RR Marcello Augusto Leão Bastos**, Secretário Executivo
376 do CONSEP, lavrei a presente ATA, que foi lida, achada conforme e aprovada, sendo
377 assinada/rubricada pelo Presidente, por mim e pelos Conselheiros(as) presentes na referida sessão.

VICE-PRESIDENTE
CEDENPA

SECRETARIO EXECUTIVO

PRESIDENTE DO CONSEP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA MILITAR

CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR



POLÍCIA CIENTÍFICA

SEAP

DETRAN-PA

SEASTER

DEFENSORIA PÚBLICA

CEDECA/EMAÚS

OAB - SEÇÃO PARÁ

S.P.D.D. H

REP. ASS. ÓRGÃO DO SIEDS

CEDENPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADUAL